

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH MANHUAÇU

1

2 No dia 04 de junho, às 09h30, teve início a 40ª Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu, no município de
3 Durandé. Dando início às atividades, as autoridades presentes foram convidadas a compor a mesa de honra,
4 sendo: Senisi de Almeida Rocha, presidente do CBH Manhuaçu; Sebastião Bemfica, vice-prefeito de
5 Durandé; Genilson Tadeu, vice-presidente do CBH Manhuaçu; Isaura Paixão, secretária executiva do CBH
6 Manhuaçu; Flávia Dias, secretária adjunta do CBH Manhuaçu; Pedrinho Bemfica, vereador do município de
7 Durandé; e Abel Coutinho, representando o secretário de agricultura do município. Na sequência, todos os
8 membros se coloram de pé para a execução do hino nacional brasileiro. Abrindo as atividades, o Sr.
9 Sebastião Bemfica deu as boas vindas a todos os presentes, justificando a ausência do prefeito de Durandé,
10 que não pode comparecer, pois estava em viagem a trabalho. Ainda em seu pronunciamento, enalteceu o
11 trabalho realizado pelo comitê em prol do meio ambiente, destacando a importância de conscientizar a
12 população. Em seguida, o Sr. Abel Coutinho, reforçando a fala do vice-prefeito, mencionou que o município
13 vem se dedicando intensamente às causas ambientais, sempre em busca de parcerias para potencializar o
14 alcance das ações. Em continuidade às falas de abertura, a Sra. Flávia Dias agradeceu a presença de todos
15 e a disponibilidade em participar das reuniões do comitê, além disso, destacou a relevância dos temas em
16 pauta, mencionando a imprescindibilidade de que todos permaneçam do início ao fim dos trabalhos. O Sr.
17 Genilson Tadeu, em sua fala, agradeceu ao município pela receptividade e, em especial, destacou a
18 presença dos conselheiros do município do Mutum, sempre assíduos às plenárias, independentemente das
19 circunstâncias adversas. Ato contínuo, a Sra. Isaura Paixão cumprimentou os presentes e lembrou a todos
20 das comemorações da semana do meio ambiente, destacando que a questão não deve ser lembrada apenas
21 em datas festivas, mas cotidianamente. Encerrando os pronunciamentos iniciais, o Sr. Senisi Rocha
22 agradeceu à receptividade do município de Durandé, reforçando a importância da realização de reuniões
23 itinerantes, para que seja oportunizado a todos conhecer os rincões da bacia. Finalizando, agradeceu aos
24 conselheiros e demais convidados pela presença. Sequencialmente, a mesa de autoridades foi parcialmente
25 desfeita, permanecendo apenas a diretoria do comitê para a condução da reunião. Passando à pauta, o Sr.
26 Senisi Rocha fez um consulta à plenária visando à inserção e reorganização de alguns itens. Após
27 aprovação unânime, foram incluídos como pauta: informes da diretoria, que a partir de agora será ponto fixo
28 nas reuniões; análise da minuta do Regimento Interno do Fórum Mineiro de CBHs; e criação da Unidade de
29 Acompanhamento Local (UAL) do CBH Manhuaçu para PSA/Renova. Além das inserções, a apresentação
30 da Fundação Renova, prevista para o início das atividades, foi deslocada, passando a ser o último item da
31 pauta. Após a redefinição da pauta, o Sr. Senisi Rocha estabeleceu junto aos conselheiros os tempos para
32 debate de cada item, considerando o volume de temas em discussão. As propostas foram acatadas, sendo
33 combinado intervalo de almoço de 1h e, após a conclusão de todos os itens, foi informado a todos que
34 haverá um plantio simbólico de árvores. Ao todo, a previsão é de 6h30 de trabalho, englobando todas as
35 tarefas previstas. Em continuidade às atividades, a secretária adjunta do CBH Manhuaçu fez a verificação de
36 *quórum*, sendo constatada a presença de 30 membros votantes. Ato contínuo, o Sr. Senisi Rocha passou
37 aos informes da diretoria. Segundo ele, considerando que as reuniões ocorrem, em média, a cada dois

38 meses, torna-se importante repassar aos conselheiros o status das principais demandas. Iniciando, ele
39 informou a todos que tem ido à sede, rotineiramente, às segundas feiras, a fim de organizar os documentos e
40 atender às pessoas que procuram o comitê, como estudantes e pesquisadores, por exemplo. Ele destacou,
41 ainda, que a diretoria tem buscado se reunir semanalmente por videoconferência, a fim de alinhar, discutir e
42 nivelar as demandas. Em seguida, falou sobre reunião com as diretorias dos comitês mineiros realizada com
43 o IGAM, no dia 25/03, em que foi apresentado o status das prestações de contas referentes ao contrato
44 celebrado entre o órgão gestor e o IBIO para o exercício das funções de agência de água. Ele explicou que a
45 situação permanece indefinida, considerando que não houve a conclusão das análises, situação que tem
46 inviabilizado a formação de um novo conselho para a entidade. Finalizando, apresentou algumas imagens
47 dos cerceamentos realizados em diversos municípios no âmbito do projeto “Todos pelo rio Doce”.
48 Prosseguindo com a pauta, a Sra. Flávia Dias fez a leitura do resumo da ata, sendo, como de praxe,
49 dispensada a leitura na íntegra, já que a mesma foi enviada junto com a convocatória e os demais
50 documentos. Ao final da leitura, a ata aprovada por unanimidade. Em seguida, foi passado ao item de pauta
51 referente às revisões dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Contextualizando, o Sr. Senisi
52 Rocha mencionou os investimentos feitos pelo CBH Manhuaçu que, com o recurso da cobrança pelo uso da
53 água, custeou a elaboração do PMSB para 16 municípios da bacia, num investimento aproximado de R\$ 1,5
54 milhão. Segundo ele, é fundamental que o comitê permaneça atento à necessidade de atualização, bem
55 como aos desdobramentos após a entrega dos planos, a fim de que os mesmos não sejam engavetados
56 pelos municípios. Por essa razão, foi proposta a inserção do item na pauta e feito o convite a todos os
57 prefeitos da bacia para que comparecessem à reunião, abrangendo, inclusive, as localidades cujo plano não
58 foi custeado com verba do comitê. Para enriquecer a discussão, ele convidou o Sr. Roberto Giovani de
59 Mattos Pereira, que desenvolveu pesquisa de mestrado com proposta metodológica para avaliação da
60 gestão municipal de saneamento básico, abrangendo os municípios do Consórcio Intermunicipal de
61 Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais (CISAB-ZM). Em sua fala, ele apresentou,
62 brevemente, a lei Federal no 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico
63 (LDNSB), atribuiu aos municípios uma série de responsabilidades, entre as quais se destacam a prestação
64 dos serviços, a elaboração dos planos de saneamento básico, a regulação e fiscalização e a participação e o
65 controle social. No entanto, no Brasil, há diversas localidades em situação precária de saneamento, pois os
66 gestores municipais têm dificuldades para exercer essas funções, especialmente em municípios de pequeno
67 porte, em que prevalece a baixa capacidade técnica e institucional. Nesse sentido, a fim de avaliar a gestão
68 dos serviços de saneamento, com base nos requisitos da LDNSB, foi formulado o Índice de Gestão Municipal
69 do Saneamento sob o enfoque das quatro funções de gestão estabelecidas no referido marco legal:
70 prestação dos serviços, planejamento, regulação e fiscalização e participação e controle social, sendo que os
71 percentuais de importância relativa destas funções foram determinados com base na consulta a especialistas
72 que atuam na área do saneamento, além do uso de análise multicritério para apoio à decisão. Segundo o
73 pesquisador, os resultados mostraram que as funções de prestação dos serviços e planejamento possuem
74 praticamente o mesmo grau de importância para a avaliação da gestão municipal do saneamento, seguida
75 da regulação e fiscalização, e por fim, da participação e controle social. Segundo o Sr. Giovani, considerando

76 os municípios do CISAB-ZM, Ipanema e Manhuaçu são os municípios que mais se aproximam do
77 cumprimento do marco legal. Por outro lado, Ponte Nova, Fervedouro, Pocrane, Conceição do Ipanema,
78 Luisburgo, Recreio, Tocantins, São Francisco do Glória e Lamim mostraram mais dificuldades em cumprir
79 suas funções, sendo que Regulação e Fiscalização e a Participação e Controle Social são as funções que
80 apresentaram maior índice de dificuldade para ser exercidas. Ao final, ele ressaltou que a metodologia
81 proposta configura um instrumento para diagnóstico de problemas de gestão, planejamento, implementação
82 de políticas públicas e tomadas de decisão, que pode ser aplicado em outros municípios do País, a fim de
83 avaliar as gestões municipais do saneamento e identificar os principais entraves do setor. Em sua fala, ele
84 também demonstrou que a organização em formato de consórcio público, como é o caso do CISAB, favorece
85 a gestão, especialmente nos municípios de menor porte. Dando sequência, o Sr. Senisi Rocha convidou as
86 Sras. Rosemary Oliveira, Ludmila Placides e Gilmara de Souza, que montaram uma empresa de consultoria
87 para dar suporte aos municípios no que tange aos PMSBs. Em sua fala, a Sra. Rosemary ressaltou a
88 importância do apoio do comitê para a elaboração dos planos, pois, caso contrário, a maioria dos municípios
89 não teria conseguido recursos para fazê-los. No entanto, a maioria dos municípios não dá a devida atenção à
90 questão, que fica, muitas vezes, dispersa, no âmbito da administração municipal. Como consequência, os
91 planos têm ficado engavetados. Em seguida, ela apresentou a equipe multidisciplinar, formada por uma
92 engenheira ambiental, uma química e uma bióloga. Por fim, a equipe se colocou à disposição para apoiar
93 tecnicamente os municípios, destacando que é essencial o engajamento das prefeituras nas ações
94 relacionadas aos PMSBs, incluindo sua atualização periódica, pois saneamento é sinônimo de qualidade de
95 vida. Ainda no debate sobre o saneamento, representantes dos municípios salientaram as dificuldades em
96 conseguir mão de obra qualificada para elaborar os projetos e, conseqüentemente, acessar recursos para
97 investimento em obras. Complementando o debate, o Sr. Eduardo Araújo, do IGAM, fez um breve histórico
98 sobre a elaboração dos planos na Bacia do Rio Doce, com recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.
99 Ele ressaltou que devido ao imenso passivo relacionado ao saneamento na bacia, os comitês priorizaram as
100 ações nesse sentido e, de certa forma, assumiram a responsabilidade dos gestores municipais ao contratar a
101 elaboração dos PMSBs. No entanto, os municípios foram agentes ativos e acompanharam de perto todo o
102 processo, porém é preciso que eles continuem investindo em capacitação e priorizem a efetiva execução dos
103 PMSBs. Finalizando a fala, ele destacou o trabalho de acompanhamento da implementação dos planos, que
104 vem sendo realizado no âmbito da CTPP do CBH-Piranga, sugerindo ao Manhuaçu que busque conhecer e
105 replicar a iniciativa, entretanto, no seu entendimento, não é o momento de o comitê alocar recurso para a
106 revisão dos planos. Encerrando o debate sobre a questão, o Sr. Senisi Rocha relatou que o objetivo é gerar
107 uma grande provocação, para que os municípios reflitam sobre a importância do tema, destacando, ainda, a
108 importância de valorizar a mão de obra local. Dando prosseguimento aos itens da pauta, foi passado aos
109 informes da CTPP sobre o Programa Rio Vivo. Inicialmente, o Sr. Senisi Rocha solicitou que todos os
110 componentes da Câmara Técnica se colocassem de pé para serem apresentados aos conselheiros. Em
111 seguida, fez um breve relato, mencionando que a discussão sobre os Programas Hidroambientais vem
112 sendo feita desde 2017 e apresentou o mapa de vulnerabilidade elaborado pelo IBIO, em que 07 municípios
113 da Bacia estão enquadrados como de alta vulnerabilidade, sendo: Reduto, Santa Rita do Itueto, São João do

114 Manhuaçu, Aimorés, Itueta, Resplendor e Luisburgo. Nesse sentido, considerando que não há recursos para
115 atender a todas as 28 (vinte e oito) cidades da bacia, a proposta da CTPP, conforme orientação da agência,
116 é priorizar as áreas de alta vulnerabilidade, no que tange às bacias de captação para abastecimento público
117 desses municípios. Em relação aos recursos disponíveis, ele explicou que a primeira etapa comprometerá
118 cerca de 15% do recurso, com uma média de R\$ 1.500 por propriedade. Nesse sentido, considerando que,
119 ao todo, o CBH Manhuaçu dispõe de, aproximadamente, R\$ 7 milhões em caixa, o objetivo era atender 720
120 propriedade. No entanto, o valor de referência remete aos dados de 2017, portanto, pode haver diferença
121 significativa em uma nova cotação. Sendo assim, ele explicou que a proposta da agência é contemplar 350
122 propriedades, sendo 50 em cada município. Ele destacou, ainda, que os membros da CT se debruçaram
123 sobre o Ato Convocatório que gerou a contratação no CBH-Suaçuí para propor melhorias e adequá-lo à
124 realidade do Manhuaçu, sendo essas proposições repassadas ao IBIO. Por fim, explicou que o próximo
125 passo contempla a publicação do Edital de Chamamento, que é uma espécie de “convite” aos municípios
126 para aderir ao programa. No entanto, o prosseguimento da iniciativa está condicionado à capacidade
127 operacional da agência. Sendo assim, o objetivo o comitê é finalizar toda a discussão internamente, a fim de
128 que tão logo a agência consiga se organizar não haja mais atrasos para o lançamento do edital e,
129 posteriormente, do Ato Convocatório. Finalizadas as discussões sobre esse ponto, o Sr. Senisi Rocha fez um
130 resumo sobre sua participação no Fórum Mineiro de Comitês, realizado em Belo Horizonte, no mês de maio.
131 Dentre os principais temas debatidos no fórum ele destacou a situação do passivo de outorgas do estado de
132 Minas Gerais. Segundo informações fornecidas na reunião, o IGAM vem se esforçando para sanar o passivo,
133 porém há uma grande demanda e novos processos surgem todos os dias. Nesse sentido, visando dar
134 celeridade à questão, foi criado um grupo de trabalho, sendo que o Sr. Senisi é componente do mesmo.
135 Ainda sobre o fórum, ele comentou com os conselheiros sobre a sugestão do novo mapa que está sendo
136 proposto para o gerenciamento de recursos hídricos em Minas Gerais, a partir do qual a divisão do Doce
137 será reconfigurada. No entanto, essa questão ainda está em fase de análise, sendo parte integrante da
138 revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Ao final dos informes sobre o fórum, destacou que também
139 foram pautados no encontro: a situação de Brumadinho, o mestrado ProfÁgua, ENCOB, estruturação dos
140 comitês que não possuem cobrança, decreto de regulamentação sobre os contratos de gestão, dentro outros
141 assuntos ligados à pauta hídrica. Finalizadas as discussões sobre esse item, as atividades foram
142 interrompidas para o almoço. Retomando os trabalhos, os conselheiros Alexandre Ribeiro, Saulo Soares e
143 Benilde Madeira, que representaram o Comitê no Seminário Técnico CIF/Renova, fizeram uma apresentação
144 sobre a participação no evento. Nas falas, eles relataram que o evento os permitiu visualizar melhor os
145 trabalhos que estão sendo realizados pela Fundação, bem como no âmbito das Câmaras Técnicas do CIF.
146 Eles destacaram também que foi um fórum interessante para conhecer a realidade e as reivindicações das
147 comunidades atingidas diretamente pelo rompimento da barragem de Fundão. Após as falas, o Sr. Senisi
148 Rocha requereu dos participantes a apresentação do relatório físico de participação no evento, conforme
149 acordado junto à plenária, sendo esse um quesito para a liberação de novas viagens. Em seguida, o
150 presidente do CBH Manhuaçu falou brevemente sobre a proposta de novo Regimento Interno do Fórum
151 Mineiro de Comitês, cuja minuta foi compartilhada com todos os conselheiros. Ele informou que compôs a

152 comissão que analisou o documento, que foi trabalho de forma minuciosa. Considerando a extensão do
153 documento, os conselheiros optaram por não realizar a leitura integral do mesmo, sendo acordado que as
154 contribuições deverão ser compartilhadas por e-mail, considerando limite para envio ao FMCBHs, no dia
155 05/07. Ao final da discussão, feito o encaminhamento, os membros do comitê aprovaram, de forma
156 simbólica, o novo regimento do fórum. Dando prosseguimento à pauta, foi passada à apresentação e
157 deliberação do orçamento de custeio do IBIO (7,5%), com recursos IGAM, para o exercício de 2019. Para
158 tanto, foi convidado o analista financeiro do IBIO, Miqueias Calebe Donde. Iniciando a apresentação, ele
159 explicou que a aprovação do orçamento da parcela de custeio estadual nos CBHs é uma exigência prevista
160 no Contrato de Gestão firmado entre o IBIO e o IGAM. Em sua fala, ele apresentou os valores disponíveis e
161 a alocação prevista para os mesmos, ressaltando que a realidade orçamentária precisou ser adequada ao
162 recurso arrecadado com a cobrança pelo uso da água, considerando a interrupção do repasse de recursos
163 adicionais, que era feito anualmente pela ANA, a fim de auxiliar o funcionamento e a estruturação da
164 agência. Ele ressaltou que os valores a serem aprovados referem-se, exclusivamente, à parcela dos
165 recursos arrecadados com a cobrança estadual (MG), que correspondem a aproximadamente 65% da
166 arrecadação total. O restante do recurso disponível refere-se à cobrança em âmbito federal. Ele informou,
167 ainda, que os valores cujo repasse está condicionado à aprovação do orçamento correspondem às seguintes
168 parcelas: 4º trimestre de 2018; 1º, 2º e 3º trimestres de 2019. Além disso, explicou que não está incluída a
169 parcela de 92,5%, cujo repasse não está vinculado à aprovação no âmbito dos CBHs. Após a apresentação,
170 o Sr. Senisi Rocha perguntou qual a contribuição do CBH Manhuaçu em relação ao montante que está
171 sendo aprovado, considerando que o valor apresentado abrange toda a arrecadação mineira, abrangendo os
172 seis CBHs. Em resposta, o Sr. Miqueias informou que a parcela do Manhuaçu é de aproximadamente 5% do
173 valor total arrecadado. Ao final, o Sr. Senisi questionou o fato de as informações não terem sido
174 compartilhadas com antecedência, considerando a importância de conhecer a matéria de forma aprofundada
175 antes da votação. Diante da indagação, o representante do IBIO concordou com a reivindicação e afirmou
176 que isso não se repetirá. Feita a apresentação e sanadas as dúvidas, a matéria foi colocada em regime de
177 votação, sendo aprovada com 14 (quatorze) votos favoráveis. Oito conselheiros se abstiveram e não houve
178 manifestações contrárias. Encerradas as discussões, foi iniciada a apresentação da deliberação em apoio à
179 execução do Projeto PROURGAS no Leste de Minas Gerais, aprovada, inicialmente, *ad referendum*,
180 considerando a urgência em dar celeridade ao andamento do projeto e comprimir os prazos determinados
181 em Termo de Compromisso. A fim de dar conhecimento aos conselheiros, o vice-presidente do comitê,
182 Genilson Tadeu, fez a leitura da íntegra da Deliberação, destacando os objetivos e contrapartida do comitê
183 para o projeto. Em seguida, durante os debates, o Sr. Eduardo Araújo, do IGAM, mencionou que o
184 PROURGAS é uma etapa importante no processo de regionalização do IGAM. Ele explicou, ainda, que
185 apesar de a menção ser feita à URGA Leste, o projeto abrangerá todas as demandas de outorga inseridas
186 no território da Bacia do Rio Doce. Ao final, foi mencionado que o coordenador da URGA é o servidor do
187 IGAM, Wyllian Melo, membro suplente do CBH Manhuaçu. Em seguida, a matéria foi colocada em regime de
188 votação, sendo referendada de forma unânime pela plenária. Dando continuidade, foi passada à deliberação
189 sobre o processo de outorga da PCH Benjamin Mário Baptista, também aprovada *ad referendum*, em função

190 do atendimento aos prazos previstos em deliberação do CERH-MG. Eles destacaram que apesar de não ter
191 ocorrido votação, o assunto foi exaustivamente tratado na última plenária, sendo as sugestões feitas pelos
192 conselheiros incorporadas à DN, sintetizando as preocupações do conselho quanto ao empreendimento.
193 Após a leitura do texto, a deliberação foi referendada de forma unânime pela plenária. Prosseguindo, foi
194 passada à indicação dos representantes para participar do ENCOB, o Encontro Nacional de Comitês de
195 Bacias Hidrográficas, que será realizado em Foz do Iguaçu/PR, no mês de outubro. Considerando que o
196 recurso para participação é de origem federal, o presidente do comitê explicou que a indicação deve ser feita
197 em consonância com os critérios previstos na Deliberação Normativa nº 64, do CBH-Doce. De acordo com a
198 referida deliberação são três vagas, sendo uma destinada ao presidente do comitê. Nesse sentido,
199 considerando que o Sr. Senisi Rocha, presidente do CBH Manhuaçu, manifestou interesse em participar,
200 restaram outras duas vagas. Em atenção ao critério da DN e considerando as manifestações do plenário,
201 foram selecionados para as duas vagas remanescentes os Srs. Alexandre Riberto e Marília Emerick, pois
202 ambos nunca participaram do evento. Foi formada também uma lista de espera composta pelos seguintes
203 conselheiros: Isaura Paixão, Flávia Dias, Douglas Almeida e Genilson Tadeu. Considerando que todos os
204 suplentes já foram ao evento, será verificado o segundo critério, a assiduidade, como forma de definir a
205 ordem de prioridade, caso algum dos selecionados desista de participar do evento. Prosseguindo, foi
206 passada à apresentação da Fundação Renova sobre o Programa de Restauração Florestal, sendo, para
207 tanto, convidado o Sr. Felipe Drummond. Em sua fala, ele fez uma breve apresentação sobre os trabalhos da
208 fundação e os programas do TTAC, bem como a assinatura do TAC-GOV, dando ênfase aos programas de
209 Restauração Florestal e Recuperação de Nascentes, previstos nas Cláusulas 161 e 163. Ele explicou que os
210 trabalhos da fundação trabalham em três eixos, sendo: pessoas e comunidades, terra e água e reconstrução
211 e infraestrutura. Especificamente sobre as ações de restauração, ele falou sobre o estudo de definição de
212 áreas prioritárias, feito de forma integrada entre a UFV e a UFMG e mencionou a publicação dos editais de
213 mobilização junto aos produtores para o início das ações. Em relação à forma de atuação, ele relatou que os
214 proprietários são tratados de forma individualizando, sendo imprescindível ter ou fazer o CAR. Em seguida,
215 detalhou o funcionamento da dinâmica do PSA e explicou que o estudo de áreas prioritárias, feito com base
216 em três critérios: Vulnerabilidade Ambiental; Vulnerabilidade Social e Vocação à recuperação ambiental,
217 sendo que dois municípios do CBH-Manhuaçu estão na área vulnerável que será atendida no próximo edital,
218 sendo: Lajinha e Mutum. Nesse sentido, ele destacou que imprescindível o apoio do comitê para impulsionar
219 a divulgação junto aos proprietários rurais, cujo acesso, muitas vezes, é bastante complexo. Finalizando, ele
220 destacou a importância de formar a Unidade de Acompanhamento Local (UAL), com atores com capacidade
221 de mobilização para congregar os produtores, envolvendo entidades como associações e sindicatos.
222 Finalizada a apresentação, o Sr. Senisi destacou a importância de trazer as ações para toda a bacia,
223 considerando o entendimento de que a bacia hidrográfica é o território para realização das ações, sobretudo,
224 porque o maior volume de ações e recurso está concentrado nos 40 (quarenta) municípios da calha do Doce,
225 negligenciando, muitas vezes a importância dos rios afluentes para melhor a qualidade da água do rio Doce.
226 Nesse sentido, ele destacou a importância de que as ações sejam muito bem feitas nesses dois municípios,

227 até mesmo para pleitear a ampliação das ações na região do Manhuaçu. Em seguida, foi passada à
228 composição da UAL, que, inicialmente, ficou definida com o seguinte formato:

Unidade de Acompanhamento Local (UAL) - CBH Águas do Rio Manhuaçu				
Instância de Acompanhamento		Classe/Município	Nome	
I. Coordenador	-			
II. Secretaria Executiva				
III. Plenário	03 (três) representantes indicados pela Fundação Renova, responsável pela execução do Programa PSA Rio Doce		Felipe Alves Drummond	
			Gabriela Soares Pereira	
			Flávia Dias Herculano Raposo	
	03 (três) representantes do respectivo (s) comitê (s) de sub-bacia, respeitando a paridade entre poder Público, usuários e sociedade civil	Poder Público:		Saulo Soares Neiva
				Geraldo Pereira
		Sociedade Civil:		Senisi Almeida Rocha
				Isaura Pereira da Paixão
		Usuários:		Maria Aparecida Salles Franco
	01 (um) representante da (s) prefeitura (s) de cada município	Mutum:		Genilson Tadeu
				Dennis Zschaber Nogueira
		Lajinha:		Marcones Abreu
	01 (um) representante (s) do sindicato (s) dos produtores rurais de cada município	Mutum:		Henrique Gonçalves Pires
		Lajinha:		Júlio Maria Hubner Guimarães
	01 (um) representante do (s) sindicato (s) dos trabalhadores rurais de cada município	Mutum:		João Carlos Rosa
Lajinha:				
01 (um) representante da EMATER-MG, nas sub-bacias do estado de Minas Gerais;	Mutum:			
	Lajinha:			
01 (um) representante do IEF-MG, nas sub-bacias do Estado de Minas Gerais	Mutum:		Alcides Leite de Mattos Sobrinho	
	Lajinha:		Kildaire Brandão e Ademir Lipar	
Associação dos pequenos produtores rurais de Santa Terezinha	Mutum:		Givanildo Lourenzo de Souza	
Ecoáguas	Lajinha:		Juliano Afonso da Silva	

229 A fim de garantir o contato e a organização da primeira reunião, agendada para o dia 01/07, na UAITEC, em
230 Mutum, todos os indicados deverão passar os contatos de telefone e e-mail à organização. Além disso, as
231 instituições que ainda não indicaram os nomes deverão tomar as providências dentro da maior brevidade
232 possível, a fim de iniciar os trabalhos com toda a composição da unidade já estabelecida. Finalizada a
233 discussão, foi passado aos assuntos gerais. Nesse item, o Sr. Senisi Rocha falou sobre a expedição pelo rio
234 Manhuaçu, destacando as parcerias já estabelecidas com a Faculdade do Futuro e a UNIVERTIX. Ele
235 destacou, ainda, que está aguardando retorno do IFMG de Realeza e que fará contato também com a
236 UEMG, visando estabelecer novas parcerias. Nesse sentido, a Sra. Flávia Dias propôs também fazer contato
237 com a Fundação Renova, considerando os estudos que vem sendo desenvolvidos. Encerrando, ele destacou

238 a importância de que os comitês sempre utilizem o colete, a fim de reforçar a identidade do CBH, em ações
239 relacionadas a questões ambientais. Para ilustrar, ele mostrou a foto de um conselheiro do comitê,
240 conhecido como Sr. Neném, usando o colete em uma atividade. Sendo assim, ele pediu àqueles
241 conselheiros que ainda não tem o colete que o procurem para pegar. Fechando os assuntos gerais, o Sr.
242 Genilson Tadeu fez um chamamento aos municípios sobre a questão dos aterros sanitários na bacia,
243 propondo a elaboração de uma carta sobre o tema que deverá ser endereçada aos prefeitos. Para tanto,
244 convidou a todos para participar de uma reunião sobre o tema, no dia 06/06, próxima quinta-feira. Sem mais
245 assuntos a tratar, a reunião foi encerrada por volta das 17h.

246 Assina esta ata:

247

248

249

Senisi de Almeida Rocha
Presidente do CBH Manhuaçu